26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória

AGENTES CONTRA O ESQUECIMENTO: CONTRIBUIÇÕES PARA A MEMÓRIA ARQUIVÍSTICA

AGENTS AGAINST FORGETTING: *CONTRIBUTIONS TO ARCHIVAL MEMORY*

Erica Carolina Serrano Borges – Universidade Federal de Pernambuco /(UFPE)
Igor Soares Amorim – Universidade Federal de Pernambuco /(UFPE)
Valdir Efun Lourenço e Lima de Santa Rita - Universidade Federal da Paraíba /(UFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O estudo investiga as dimensões e abordagens conceituais do esquecimento na Arquivologia, no âmbito da Ciência da Informação, partindo da seguinte questão: como o esquecimento é abordado nos estudos arquivísticos disponíveis na Base de Dados em Ciência da Informação? A pesquisa, de natureza bibliográfica, qualitativa, exploratória e descritiva, utiliza a Análise de Conteúdo para examinar publicações sobre "arquivo" e "esquecimento" indexadas na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), resultando em 12 artigos de periódicos. O referencial teórico articula os conceitos de memória social, arquivo como instrumento de Estado e identidade coletiva, e esquecimento como processo ativo, seletivo, político e, por vezes, violento. A análise dos dados revela que o esquecimento nos arquivos manifesta-se como ferramenta de curadoria (eliminação documental), ato de poder (silenciamento de grupos marginalizados) e contingência prática da gestão informacional. Os resultados evidenciam a função política dos arquivos na construção da memória oficial. Conclui-se que o esquecimento arquivístico não é mera ausência, mas fenômeno complexo e intencional, que demanda reflexão crítica sobre práticas de avaliação, preservação e acesso. O estudo sugere a ampliação de investigações que fomentem ações institucionais voltadas à pluralidade das memórias e ao enfrentamento do apagamento histórico de vozes subalternizadas.
Palavras-chave: memória e esquecimento; agentes; abordagem científica, análise de conteúdo.

Abstract: This study investigates the conceptual dimensions and approaches regarding forgetting within Archival Science—situated within the broader field of Information Science—starting from the following question: how is forgetting addressed in archival studies available in the Information Science Database? The research, which is bibliographic, qualitative, exploratory, and descriptive in nature, employs content analysis to examine publications on "archives" and "forgetting" indexed in the Information Science Database (BRAPCI), resulting in a corpus of 12 journal articles. The theoretical framework connects concepts of social memory, the archive as an instrument of the State and collective identity, and forgetting as an active, selective, political, and sometimes violent process. Data analysis reveals that forgetting in archives manifests as a curation tool (document disposal), an act of power (silencing marginalized groups), and a practical contingency of information management. The results highlight the political function of archives in constructing official memory. The study concludes that archival forgetting is not merely an absence but a complex, intentional phenomenon that demands critical reflection on appraisal, preservation, and access practices. It suggests expanding research to foster institutional actions that promote a plurality of memories and address the historical erasure of subaltern voices.
Keywords: memory and forgetting; agents; scientific approach, content analysis.

1 INTRODUÇÃO

A discussão entre memória e esquecimento na Arquivologia é coexistente, manifestando-se em práticas como a avaliação documental. Afinal, a preservação ilimitada de documentos torna o acesso à informação inviável diante das restrições dos ambientes de gestão e custódia. Atualmente, esse desafio se estende tanto aos suportes físicos quanto aos documentos em ambientes digitais.

Compreender o esquecimento, seja como ato político de poder, seja como ferramenta de seleção curatorial, é vital para a Arquivologia e a Ciência da Informação (CI). Assim, a literatura da área consolida-se como espaço ideal para analisar essas dinâmicas de gestão da memória.

Este estudo tem como proposta principal compreender quais as dimensões e abordagens conceituais de esquecimento, a partir do levantamento de publicações na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) sobre o tema; da identificação das variações, características e perspectivas do conceito de esquecimento na área e por fim, apreender como o esquecimento é abordado na literatura arquivística. E assim, investigar “Como o esquecimento é abordado nos estudos arquivísticos disponíveis na Base de Dados em Ciência da Informação?”

Quanto aos aspectos metodológicos, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo eminentemente bibliográfico, de abordagem qualitativa. Classifica-se, ainda, como

exploratória e descritiva, buscando a partir das publicações sobre o esquecimento coletadas na Base de Dados em Ciência da Informação compreender a noção de esquecimento e inferir questões relevantes, sob adoção da Análise de Conteúdo (AC).

A partir deste delineamento, o trabalho estrutura-se em duas seções teóricas: 'Memória e Arquivo' e 'Memória e Esquecimento'. Na sequência, são apresentados o percurso metodológico e a análise dos dados, fundamentada na técnica de análise de conteúdo. Por fim, o estudo encerra-se com as considerações finais sobre as dimensões e as abordagens conceituais do esquecimento na Arquivologia.

2 MEMÓRIA E ARQUIVO

Os arquivos públicos são considerados conjuntos de documentos produzidos e recebidos, em decorrência do exercício de atividades, conforme Lei 8.159/1991. Para além disso, possuem legalmente, dentre suas especificidades, a guarda documental e a preservação da memória (Brasil, 1991). Nessa fase, denominada permanente, o documento adquire valor histórico e cultural, atuando como prova jurídica, dado bruto para a ciência, encarregado pela salvaguarda contra o arbítrio e a perda de direitos e ainda, como sendo patrimônio coletivo da sociedade ao qual pertence.

A noção de memória é compreendida como um fenômeno social, que ocorre pela impressão de um significado em alguma dimensão física ou digital. Ela se concretiza a partir da sua organização e recuperação, que se dá por processos técnicos de representação da informação e do conhecimento. O esquecimento é imponderável, visto que o ato de guardar, disponibilizar e acessar a informação são escolhas.

Logo, se os arquivos são fundamentais para a consolidação ativa da memória e da identidade coletiva, são imprescindíveis para a eficiência do Estado. Essa relação de imprescindibilidade é sintetizada da seguinte forma:

> Arquivos são instrumentos, arquivos são ferramentas. Ferramentas da administração (seja a dos órgãos públicos, seja a das entidades privadas), ferramentas da cidadania (isto é, dos direitos e dos deveres dos cidadãos), ferramentas do direito, ferramentas da historiografia (isto é, os documentos são os instrumentos de trabalho do historiador). Ademais, serem instrumentos indispensáveis da ciência, da tecnologia, do dia a dia das pessoas. Arquivos são instrumentos nos quais a informação está registrada, para que dela se faça uso. (Bellotto, 2012, pág. 5)

Infere-se, assim, uma inerência mútua entre o Estado e os arquivos públicos, onde ambos se constituem reciprocamente. Essa dimensão essencial contesta a neutralidade documental ao demonstrar que os registros, longe de serem isentos, reproduzem exclusões e silenciam sujeitos marginalizados, tensionando os princípios de imparcialidade e ética na seleção arquivística (Silva; Barros; Morais, 2018).

3 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

Na literatura arquivística, a memória é entendida como uma construção viva e seletiva, enquanto o esquecimento frequentemente opera como uma violência epistêmica ou como uma contingência prática da administração. A concepção de esquecimento está associada "às noções de perda, apagamento e desaparição" (Souza, 2025, p. 102).

Já a função da memória "fundamenta e reforça o sentimento de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais" (Pollak, 1989, p. 03), mantendo a coesão de grupos e instituições. Logo, a ausência dessa inserção social limita a existência plena dos sujeitos. Sendo o arquivo um instrumento de memória, questiona-se sua atuação frente ao esquecimento e sucessivamente, ao poder opressor do Estado.

O esquecimento arquivístico é ato político, dado que é uma prática efetiva de domínio sobre o que é lembrado ou esquecido na memória coletiva. Dessa maneira, "o Estado exerce soberania não apenas por meio do controle físico e institucional, mas sobretudo pela produção e regulação dos regimes de memória e reconhecimento" (Andrade; Gobbi, 2025, p. 16).

Diante dessa violência epistêmica indaga-se ainda, como o debate científico tem se apresentado no lugar das produções que conjugam a Arquivologia e a Ciência da Informação em face do reconhecimento da memória arquivística como propulsor contra o esquecimento.

4 METODOLOGIA

Articulada ao referencial teórico exposto, levantou-se todos os trabalhos acerca do "esquecimento" disponíveis na Base de Dados em Ciência da Informação (sem delimitação temporal), e posterior análise daqueles vinculados a revistas científicas brasileiras da área.

A BRAPCI, como ferramenta de alcance a produção científica na CI, justifica a exequibilidade deste estudo, uma vez que ao levantar registros que apresentem os termos "arquivo" (no singular e plural) combinado à "esquecimento" localizamos 16 registros, destes

13 em periódicos, sendo um duplicado. A busca pelas palavras-chave citadas ocorre com o auxílio do operador booleano "*AND*".

Para além disso, adota-se a Análise de Conteúdo (AC) para análise dos dados alcançados. Essa técnica, segundo Bardin (2016), é validada para o processamento e compreensão de dados textuais por meio de categorizações e inferências, alinhando-se aos propósitos deste trabalho, que busca interpretar o fenômeno a partir do levantamento bibliográfico.

5 ANÁLISE DE DADOS

Com o objetivo de mapear as nuances do esquecimento e exibir os debates centrais que emergem na literatura, constituiu-se um *corpus* de análise a partir da coleta realizada entre 01 e 02 de junho de 2026. O debate sobre o esquecimento, no âmbito da CI, tem promovido a articulação de diversas temáticas, como por exemplo: direito; representação social; memória social e coletiva; recuperação da informação e ética. Com o intuito de delimitar o perfil das 12 publicações, identificaram-se propriedades como denominações dos trabalhos, autoria, ambiente e ano de publicação, conforme detalhado no Quadro 1:

Quadro 1 – Publicações em periódicos sobre Arquivo e Esquecimento

Título	Autores	Ambiente de publicação	Ano
Trabalho 1: Museu e arquivo como lugares de memória	Suely Lima de Assis Pinto	Museologia & Interdisciplinaridade	2013
Trabalho 2: Arquivos: antídotos do esquecimento social	Letícia Elaine Ferreira; Maria Leandra Bizello.	Revista EDICIC	2011
Trabalho 3: Dentro ou fora da memória? o arquivista da memória e a capacidade antidota do fazer lembrar	Luiz Eduardo Ferreira da Silva; Mariza de Oliveira Pinheiro; Ilza da Silva Fragoso.	Analisando em Ciência da Informação	2020
Trabalho 4: Os arquivos no centro das questões de identidade, imediatismo e memória	Agnès Magnien	Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	2023
Trabalho 5: Do cárcere ao arquivo: preservação, memória e esquecimento das correspondências de presos comuns	Nathalia Vieira Ribeiro; Carla Rodrigues Gastaud.	Acervo (Arquivo Nacional)	2026

Trabalho 6: A história e os arquivos: anotações à margem dos documentos	Claudia Beatriz Heynemann	Ponto de Acesso	2009
Trabalho 7: Documentos arquivísticos como base para a construção da memória institucional: uma revisão de literatura nas teses brasileiras entre 2009 e 2018	Daniele Augusta dos Santos Silva; Ivana Denise Parrela.	*Brazilian Journal of Information Science*	2023
Trabalho 8: Lembrar e esquecer a respeito do povo yanomami: a experiência de um arquivo digital marcado pelo testemunho jornalístico	Andrea Cristiana Santos; Jônatas Pereira do Nascimento Rosa.	Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	2023
Trabalho 9: Arquivo marginal e suas trajetórias subalternas em manicômios e nas prisões	Viviane Trindade Borges	Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	2023
Trabalho 10: A arte da destruição controlada: reflexões sobre avaliação arquivística e memória	Francisco Alcides Cougo Junior	Informação & Informação.	2019
Trabalho 11: Avaliação da eficácia da política mandatória em repositórios: um estudo de caso no Instituto Politécnico de Castelo Branco – Portugal	Maria Eduarda Pereira Rodrigues; António Moitinho Rodrigues.	*AtoZ*: Novas Práticas em Informação e Conhecimento	2014
Trabalho 12: Os arquivos como agentes de memória: os relatórios anuais do movimento de justiça e direitos humanos de Porto Alegre	Roberta Pinto Medeiros	Em Questão	2022

Fonte: extraído da BRAPCI (2026).

Como evidencia o Quadro 1, a Ciência da Informação tem observado o esquecimento no contexto arquivístico com gradual atenção, predisposição que tende a ser ainda mais expressiva em levantamentos mais amplos, que contemplem tópicos não especificados nesse cenário. Essa articulação interdisciplinar vem ganhando maior expressividade a partir de 2020, especialmente na revista "Comunicação, Informação e Inovação em Saúde". Por conseguinte, analisa-se de maneira mais singularizada a dinâmica dos trabalhos científicos apresentados presentes no quadro.

O objetivo do Trabalho 1 é evidenciar o museu e o arquivo como lugares de memória, fundamentada em autores que discutem a noção de memória indissociável do processo de esquecimento. Constatou-se que a dualidade entre a falta (caracterizada pela inexistência de

organização documental) e o excesso (a guarda indiscriminada de documentos) atua nos arquivos como propulsora de incompreensões e violências. Desse modo, o texto ressalta a necessidade imperiosa de se compreender a origem do processo de arquivamento e da própria construção da memória.

No Trabalho 2, evidenciam-se os arquivos como suportes essenciais para a memória e a identidade social, bem como instrumentos no combate ao esquecimento. Demonstra-se, assim, que a materialidade arquivística constitui uma alternativa viável para mitigar o apagamento histórico e social de diferentes grupos da sociedade.

Os autores do Trabalho 3 investigam a compreensão do conceito de memória na Arquivologia, ainda que este se apresente de forma incipiente na literatura da área com destaque para o papel do arquivista na efetivação da função social do arquivo. Como conclusão, posicionam a memória arquivística como um 'antídoto' contra o esquecimento, visando à transformação da perspectiva social em relação à sua herança cultural e histórica enraizada.

No que diz respeito ao trabalho 4, a discussão posiciona os arquivos no centro de práticas e políticas institucionais contraditórias. Para ilustrar essa dinâmica, o texto analisa iniciativas de recolhimento documental sob a ótica do esquecimento, da destruição ou da negligência. Diante da preocupação com a restrição da memória social, o estudo discute como arquivistas e historiadores podem intervir quando o arquivo se torna um lugar do 'invisível', sobretudo diante das barreiras impostas pela dificuldade de acesso.

Por sua vez, o Trabalho 5 se propõe a compreender as dimensões de denúncia, resistência e memória a partir de cartas escritas por presos comuns e enviadas à Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos (1990-2010). Como objetos dotados de subjetividade, essas cartas potencializam as verdades de uma memória periférica, produzida em um espaço, o prisional, onde a violência institucionalizada é perpetuada. O mesmo propõe reflexões sobre os desafios de preservação desses arquivos marginais, compreendidos como artefatos de disputa entre a sociedade e o Estado no que tange ao direito à memória e aos direitos humanos.

O trabalho 6 articula a relação entre História, arquivos e memória, tangenciando os limites entre o esquecimento e o culto ao passado. A obra analisa criticamente como as operações arquivísticas e as mudanças tecnológicas contribuíram para o distanciamento entre

a Arquivologia e a História. Diante disso, defende que os historiadores assumam um papel ativo na difusão cultural e na produção editorial, áreas que atualmente encontram-se negligenciadas por esses pesquisadores.

Por conseguinte, o sétimo trabalho apresenta os resultados de uma revisão de literatura (2009-2018) acerca da construção da memória institucional via documentos arquivísticos, mapeada no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A pesquisa identificou vertentes como disputas de poder, esquecimento voluntário ou imprevisto, manipulação e imposições ideológicas. Notou-se, contudo, a necessidade de aprofundar o caráter interdisciplinar desse conceito.

Em continuidade, o trabalho 8 investiga a contribuição da comunicação jornalística produzida por Eliane Brum (nos portais *El País Brasil* e Sumaúma), com foco em sua curadoria narrativa sobre o que deveria ser preservado a respeito dos impactos da pandemia de covid-19 e das violações aos direitos de saúde do povo Yanomami. Sob essa ótica, a produção jornalística é compreendida como um testemunho dos acontecimentos, atuando por meio de sua mediação como operadora de memória arquivística digital e promotora da visibilidade de realidades historicamente silenciadas.

O trabalho 9, em seguimento, baseia-se em uma entrevista com a pesquisadora Viviane Trindade Borges, na qual é apresentada sua trajetória acadêmica voltada aos arquivos de manicômios, leprosários e prisões. Na oportunidade, a entrevistada ressalta os princípios que guiam sua postura ética na recuperação de trajetórias silenciadas, a centralidade dos conceitos marginais na construção de memórias históricas e o papel dessas instituições na reprodução de violências. Paralelamente, evidencia a marginalização e o esquecimento como marcadores de memórias atravessadas por traumas e violações de direitos humanos.

Com versões homônimas na BRAPCI, o trabalho 10 discute o nexo entre arquivos e memória sob a ótica da avaliação documental. Contrapondo-se à visão tradicional do arquivo estrito como “lugar de memória”, Cougo Júnior converge para as noções de “memória multidirecional” e “governança memorial”. Nessa perspectiva, a *práxis* da avaliação reposiciona a instituição arquivística como um ecossistema dinâmico de conexões, politização e agenciamento social do passado.

O penúltimo estudo analisado (trabalho 11) investiga o impacto da aprovação e implantação da Política de Depósito de Documentos (PDD) no Repositório Científico do

Instituto Politécnico de Castelo Branco, em Portugal (RCIPCB). O escopo do artigo abrange duas vertentes: a ótica do corpo docente e de pesquisadores sobre as diretrizes de submissão, e os indicadores de produtividade do próprio sistema. Constata-se que a PDD não alcançou os resultados almejados, tanto no que diz respeito ao auto arquivo quanto ao crescimento do acervo por meio do depósito mediado, evidenciando a necessidade de estratégias que fomentem ambas as modalidades de inserção documental.

Concluindo a amostra, o trabalho 12 examina os relatórios anuais de atividades do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (1979-2015) sob o prisma da análise de conteúdo. A investigação articula o corpus documental aos conceitos de arquivo e memória, legitimando tais registros como mananciais informacionais e instâncias de resguardo da verdade histórica, cuja preservação obstaculiza o apagamento do passado.

Logo, percebe-se que nem todos os trabalhos debatem esquecimento no âmbito arquivístico. Os textos 4 e 11 não mencionam o termo "esquecimento" no seu arcabouço conceitual, apenas o citam. Como consequência disso, estruturou-se um quadro de análise e observação dessa conjuntura por meio das variações, características e perspectivas do termo e suas inferências, exceto os mencionados acima, consoante ao Quadro 2:

Quadro 2 – Variações, características e perspectivas do esquecimento e suas inferências

Título	Variações, características e perspectivas	Inferências
Trabalho 1	"Diante de sua destruição e recuperação, escritura e **esquecimento**, que o mal de arquivo revitaliza a escrita da história e constitui os lugares de memória".	Coloca-se o esquecimento como parte do arquivo.
Trabalho 2	"A perspectiva de uma memória materializada revela-se uma solução para a não-proliferação do **esquecimento** social de parcelas societárias."	Expõe a materialidade informacional como contributo para a memória social.
	"A necessidade do lembrar, a busca pelo não-**esquecimento** enaltece o importante aspecto do arquivo como "suporte de memória", capaz de fazer vir à tona a identidade, a história, a cultura dos cidadãos, contribuindo, desta forma, para delimitar a tênue linha da identidade e da memória."	Reforça o arquivo como espaço favorável ao não-esquecimento da sociedade.
	"Comprovar que o arquivo é um dispositivo de memória, é admitir que a ausência de documentação leva ao **esquecimento** de ações e acontecimentos dos mais variados aspectos…"	Reconhece o arquivo como instrumento que efetiva a história

		social, inclusive suas ausências.
Trabalho 3	“Documentos são produzidos através de uma atividade e função administrativa, no entanto, passado sua fase de valor primário, esses são conduzidos ao "lugar da memória", da revitalização, do não **esquecimento**.”	Narra o arquivo permanente como lugar do não esquecimento.
	“O **esquecimento** mantém-se como ameaça na interpretação fenomenologia da memória e da epistemologia da história.”	Revela que o esquecimento molda a percepção social da realidade.
	“Memória e história lutam contra o **esquecimento** e buscam o tempo vivido.”	Explicitam a constante busca pela memória.
	“A difusão da importância da memória para a sociedade global, e as questões que a envolvem possibilitam a formação de novas mentalidades na luta contra o **esquecimento**, favorecendo a preservação da herança cultural pessoal, institucional, nacional e global.”	Demonstram que a disseminação do valor memorial constitui um aumento de agentes contra o esquecimento.
	“Conclui-se que a memória imbuída nos arquivos é de grande importância para a Arquivologia contemporânea na luta contra o **esquecimento**, na construção de novos conhecimentos e na formação social do arquivista.”	Expressa a relevância dos arquivos para a construção social.
Trabalho 5	A memória oficial produz muitos **esquecimentos** que constroem “versões da realidade, ainda que sombreada pelo que permite ver ou intenciona fazer olvidar”.”	Denota a memória oficial como construção estratégica do Estado.
	“É preciso pensar em uma abordagem material do arquivo, pois somente ela é capaz de revelar as múltiplas operações em que a memória e o **esquecimento** foram acionados.”	Indica que para entender as intervenções sofridas nos arquivos, entende-se memória e esquecimento.
	“Contudo, uma memória justa enfrenta inúmeros desafios impostos por estratégias de **esquecimento**, frequentemente instrumentalizadas politicamente.”	Problematiza a utilização do arquivo como produto político do esquecimento.
	“Assim, o **esquecimento** não apenas favorece a impunidade, mas também reforça a normalização da violência, tornando-a parte do funcionamento cotidiano da sociedade e das práticas de governança.”	Mostra que o esquecimento se perpetua.

	"A mera integração desse acervo em uma instituição de custódia oficial é, em si, uma forma de questionamento dos modos de **esquecimento** institucional."	O movimento de custódia reconhece os acervos marginalizados, contrapondo o que se ignorava até então.
Trabalho 6	"Nesse mundo em que o presente é o consumo em sua crescente velocidade, amplia-se o desejo de memória – onde não caberia o **esquecimento**, mas cuja capacidade de conservação dos dados também sofre crescente questionamento."	Evidencia o dualismo da memória como necessidade e do esquecimento apenas ao armazenamento de dados.
Trabalho 7	'"Existe uma diferença entre o **esquecimento** natural, que é quando não há a possibilidade de rememorar tudo o que foi registrado, em função da quantidade de registros produzidos, para o **esquecimento** seletivo, àquele que tem a intenção de selecionar pontos que são, ideologicamente, interessantes para a narrativa buscada."	Diferencia o esquecimento enquanto processo natural ou intencional.
	"Os principais argumentos levantados nessa revisão se voltaram para os usos da memória como um instrumento de poder, a manipulação da memória em função de fatores ideológicos institucionais, a dualidade entre memória e **esquecimento**, tendo este último como uma ferramenta de manipulação."	Argumenta o esquecimento como um item de manipulação da memória.
Trabalho 8	"Em meio à dinâmica excessiva de compartilhamento da *internet* para que o acontecimento seja lembrado, é possível imaginar o **esquecimento**?"	Questiona-se sobre a dimensão do que é esquecido na *internet*.
	"Eliane tira esses sujeitos do **esquecimento** midiático, rompendo com o paradigma da objetividade jornalística, e os reafirma como seres dignos de nota, cujas vidas precisam ser narradas, contadas."	O estudo revela por meio de arquivos jornalísticos os sujeitos até então esquecidos.
Trabalho 9	"Os arquivos provenientes de instituições de sequestro dizem respeito a lugares e memórias não reivindicadas, a eventos históricos controversos, marcados por traumas e violações de direitos humanos, mas frequentemente acionados por diferentes grupos preocupados em reativar, denunciar, estudar e reatualizar as memórias ligadas a tais episódios. Dizem respeito a indivíduos colocados à margem, apreendido por instituições que sobre eles produziram uma massa documental também ela relegada muitas vezes ao **esquecimento**, apagamento e descaso."	Explana que os arquivos marginais são ativados por sujeitos atravessados pelo cenário de esquecimento.

Trabalho 10	"A destruição de documentos "sem valor" (ou de valor "extinto") é sempre um ponto de inflexão a respeito do que será lembrado no futuro. E, por consequência, do que será esquecido. O **esquecimento**, nesse sentido, assume um papel importante na avaliação e são muitos seus desdobramentos possíveis."	Faz alusão ao processo de "avaliação documental" quanto às suas implicações.
	"O **esquecimento** nos arquivos tem assumido nuances diversas, sobre as quais a eliminação de documentos (através da avaliação ou não) assume caráter sintomático."	Admite o esquecimento como resultado de um fenômeno complexo.
	"Ao fim, mesmo os documentos aparentemente salvaguardados da destruição controlada podem ser silenciados pelo **esquecimento**."	A guarda documental não anula a omissão dos documentos.
Trabalho 12	Além de ser um instrumento social, o arquivo do Movimento é um lugar que mantém em exercício a memória, evitando que se torne ausente e, consequentemente, se torne **esquecimento**.	Define arquivo como suporte a memória, como oposição à omissão informacional.
	"No momento em que há negação da ditadura militar, pode-se falar que há vontade de **esquecimento** com intuito de promover determinado grupo social – que pode ser representado pelo governo, pelos militares, por uma classe social."	Interpreta o esquecimento como movimento que privilegia determinados grupos em detrimento de outros.

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Ao introduzir a análise do Quadro 2, cabe fazer uma precisão metodológica cujos elementos mapeados não correspondem a meras citações isoladas, mas sim aos trechos argumentativos que denotam e fundamentam a dinâmica do esquecimento nas obras avaliadas. Enxerga-se que os trabalhos apresentam concepções que convergem esquecimentos e arquivos como parte da memória, seja ela natural ou provocada por práticas arquivísticas; mecanismos de poder; estruturas de identificação social; manutenção do silenciamento histórico; supressão documental ou marginalização de determinados grupos sociais em ascensão a outrem. A partir das inferências extraídas do *corpus* documental, consolida-se um rol de categorias analíticas fundamentais à luz do direito à memória e do papel político dos arquivos a serem explorados.

Sobre as conclusões, verificou-se que os trabalhos 1, 5, 6, 7, 10 e 12 se aproximam por apresentarem o esquecimento como fenômeno complexo, sendo utilizado como objeto de

manipulação da memória. Já os trabalhos 5, 8, 9, 10 e 12 convergem por críticas à atuação do Estado e o uso técnico do arquivo para fins de dominação. Para além disso, os trabalhos 5, 8 e 9 apresentam reação quanto ao apagamento, a partir da materialidade dos acervos marginais e suas particularidades. Por fim, as considerações dos trabalhos indicam os arquivos como suporte à memória, atuando em direta oposição à omissão informacional, mas também denominando-os como antídoto contra o esquecimento institucional segundo os trabalhos 2 e 3.

Como apontam Rosa e Barizon Filho (2021), embora o esquecimento nem sempre seja abordado como conceito científico formal, seu estudo vem crescendo na Ciência da Informação. Esse avanço foi impulsionado pelo GT 10 (Informação e Memória) da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), focado em como as sociedades produzem, preservam e selecionam seu patrimônio simbólico e informacional (ENANCIB, 2026).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, o esquecimento produzido pela arquivística tradicional contribuiu para silenciar grupos minoritários. Em contraposição a esse modelo, Young (1990, p. 15) argumenta que o arquivo adquire viabilidade como instrumento de justiça social ao enfrentar a dominação e a opressão institucionalizada. Concretizar essa função, porém, requer suprir lacunas identificadas na literatura analisada neste estudo, em especial no tocante à ética profissional, dado que “o arquivista é o responsável pela formulação de normas e métodos relativos ao uso de documentos” (Schellenberg, 2004, p. 353).

Diante disso, sugerem-se investigações mais abrangentes referente às lacunas, ausências, omissões ou apagamentos intencionais e não intencionais de registros na formação e preservação dos arquivos, com foco nas ações institucionais necessárias para salvaguardar a diversidade das memórias coletivas, visto que neste trabalho não foi possível avançar perante tais aspectos do silêncio arquivístico. Dessa forma, será possível conferir maior solidez à produção científica, às práticas arquivísticas e à atuação dos agentes no combate ao esquecimento nos arquivos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Tiago Negrão de; GOBBI, Maria Cristina. O Estado como arquivo: memória, burocracia e o poder de nomear. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 1-25, 2025. DOI: 10.35699/2525-8036.2025.62403. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/e62403. Acesso em: 6 jun. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977. 226 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O papel instrumental dos arquivos e as qualidades profissionais do arquivista. **Ágora**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 5-18, 2012. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/download/402/pdf/1541. Acesso em: 31 out. 2026.

BORGES, Viviane Trindade. Arquivo marginal e suas trajetórias subalternas em manicômios e nas prisões [Entrevista]. **RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 408-422, abr./jun. 2023. DOI: 10.29397/reciis.v17i2.3830. Disponível em: https://doi.org/10.29397/reciis.v17i2.3830. Acesso em: 31 out. 2026.

BRAPCI. **Formulário de Termos Booleanos**. 2026. Disponível em: https://brapci.inf.br/search_advanced. Acesso em: 2 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 20 mar. 2026.

COUGO JUNIOR, Francisco Alcides. A arte da destruição controlada: reflexões sobre avaliação arquivística e memória. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 403-423, jan./abr. 2019. DOI: 10.5433/1981-8920.2019v24n1p403. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31806. Acesso em: 31 out. 2026.

ENANCIB. **Grupos de Trabalho**. 2026. Disponível em: https://ancib.org/sites/enancib2024/index.php/gts/. Acesso em: 7 jun. 2026.

FERREIRA, Letícia Elaine; BIZELLO, Maria Leandra. Arquivos: antídotos do esquecimento social. **Revista EDICIC**, [s. l.], v. 1, n. 3, 2011. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/199795. Acesso em: 31 out. 2026.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. A história e os arquivos: anotações à margem dos documentos. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 60-71, abr. 2009. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/download/3313/2423/7840. Acesso em: 31 out. 2026.

MAGNIEN, Agnès. Os arquivos no centro das questões de identidade, imediatismo e memória. **RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**,

Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 248-259, abr./jun. 2023. DOI: 10.29397/reciis.v17i2.3601. Disponível em: https://doi.org/10.29397/reciis.v17i2.3601. Acesso em: 31 out. 2026.

MEDEIROS, Roberta Pinto. Os arquivos como agentes de memória: os relatórios anuais do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, e119726, out./dez. 2022. DOI: 10.19132/1808-5245284.119726. Disponível em: https://doi.org/10.19132/1808-5245284.119726. Acesso em: 31 out. 2026.

PINTO, Suely Lima de Assis. Museu e arquivo como lugares de memória. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, DF, v. 2, n. 3, p. 89-102, maio/jun. 2013. DOI: 10.26512/museologia.v2i3.16689. Disponível em: https://doi.org/10.26512/museologia.v2i3.16689. Acesso em: 31 out. 2026.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278. Acesso em: 31 out. 2026.

RIBEIRO, Nathalia Vieira; GASTAUD, Carla Rodrigues. Do cárcere ao arquivo: preservação, memória e esquecimento das correspondências de presos comuns. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, 2026. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo. Acesso em: 31 out. 2026.

RODRIGUES, Maria Eduarda Pereira; RODRIGUES, António Moitinho. Avaliação da eficácia da "política mandatória" em repositórios: um estudo de caso no Instituto Politécnico de Castelo Branco – Portugal. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 60-64, jan./jun. 2014. DOI: 10.5380/atoz.v3i1.41335. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41335. Acesso em: 31 out. 2026.

ROSA, Pedro Henrique Cremonez; BARIZON FILHO, Antonio Lucio; SANTOS, Juliana Cardoso dos. O protagonismo do esquecimento: análise da temática esquecimento nas publicações do ENANCIB. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANCIB, 2021. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/en/issue/view/1. Acesso em: 31 out. 2026.

SANTOS, Andrea Cristiana; ROSA, Jônatas Pereira do Nascimento. Lembrar e esquecer a respeito do povo Yanomami: a experiência de um arquivo digital marcado pelo testemunho jornalístico. **RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 295-310, abr./jun. 2023. DOI: 10.29397/reciis.v17i2.3613. Disponível em: https://doi.org/10.29397/reciis.v17i2.3613. Acesso em: 31 out. 2026.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 388 p.

SILVA, Andrieli Pachú da; BARROS, Thiago Henrique Bragato; MORAES, João Batista Ernesto de. O discurso da imparcialidade em códigos de ética do arquivista. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 28, n. 57, p. 213-226, jul./dez. 2018. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/732. Acesso em: 8 set. 2026.

SILVA, Daniele Augusta dos Santos; PARRELA, Ivana Denise. Documentos arquivísticos como base para a construção da memória institucional: uma revisão de literatura nas teses brasileiras entre 2009 e 2018. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v. 17, e023024, 2023. DOI: 10.36311/1981-1640.2023.v17.e023024. Disponível em: https://doi.org/10.36311/1981-1640.2023.v17.e023024. Acesso em: 31 out. 2026.

SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; PINHEIRO, Mariza de Oliveira; FRAGOSO, Ilza da Silva. Dentro ou fora da memória? O arquivista da memória e a capacidade antidota do fazer lembrar. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 99-110, jan./jun. 2020. Disponível em: https://revista.uepb.edu.br/racin/article/download/3993/2947/12820. Acesso em: 31 out. 2026.

SOUZA, Táscia. Esquecimento. *In*: BRUCK, Mozahir Salomão (org.). **Dicionário da memória**: verbetes teóricos relacionados aos estudos da memória. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2025. p. 102-105. Disponível em: https://www.editora.pucminas.br/obra/dicionario-da-memoria-verbetes-teoricos-relacionados-aos-estudos-da-memoria. Acesso em: 31 out. 2026.

YOUNG, Iris Marion. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990. 286 p.